

PExt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.373.964 - SP (2018/0258504-3)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
REQUERENTE : FELIPE SILVA DO PRADO
ADVOGADO : DANIEL PIQUERAS FONSECA - SP291640
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
INTERES. : CAROLINE PRATES DOS SANTOS
INTERES. : FLAVIO DEL RIO MOYSES
ADVOGADO : MÁRIO DEL CISTIA FILHO - SP065660

DECISÃO

Trata-se de pedido de extensão formulado em benefício de FELIPE SILVA PRADO condenado com CAROLINE PRATES DOS SANTOS e FLAVIO DEL RIO MOYSES pelos delitos tipificados nos arts. 33 e 35 da Lei n. 11.343/2006, às penas de 8 anos de reclusão, em regime fechado, e pagamento de 1.200 dias-multa, na forma do art. 69 do Código Penal.

Por decisão de fls. 719/723 e 724/728, dei provimento aos recursos dos corréus, para fixar-lhe o regime inicial semiaberto para o cumprimento da reprimenda, nos seguintes termos:

Verifica-se que a imposição de regime fechado pela instância ordinária está lastreada exclusivamente na vedação legal, o que vai de encontro com a jurisprudência desta Corte, conforme se verifica dos seguintes precedentes:

[...]

Dessa forma, em razão da primariedade da paciente, do quantum de pena aplicado, superior a 4 e inferior a 8 anos (art. 33, § 2º, "b", do CP), da inexistência de circunstância judicial desfavorável (art. 59 do CP), bem como da fixação da pena-base no mínimo legal, o regime a ser imposto deve ser o semiaberto.

[...]

Diante do exposto, reconsidero a decisão agravada e com fundamento na Súmula n. 568/STJ, dou provimento ao recurso especial para fixar o regime semiaberto para o início do cumprimento da pena.

Nas razões deste pleito, o requerente invoca o disposto no art. 580 do Código de Processo Penal e busca a extensão dos efeitos da concessão de regime semiaberto ao corréu.

Superior Tribunal de Justiça

É o relatório. Decido.

Conforme disposto no art. 580 do Código de Processo Penal, quando a decisão de recurso interposto por um dos réus, em caso de concurso de agentes, não for fundada em caráter exclusivamente pessoal, deverá ser aproveitada pelos demais.

A situação de FELIPE SILVA PRADO é exatamente igual à de CAROLINE PRATES DOS SANTOS e FLAVIO DEL RIO MOYSES porque fixadas as reprimendas no mesmo patamar e justificado o regime fechado com os mesmos fundamentos.

Ante o exposto, com fundamento no art. 580 do CPP, defiro o pedido de extensão para impor ao requerente o regime inicial semiaberto.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de dezembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator